

## **O ARQUIVISTA PARA AS INSTITUIÇÕES DOS PODERES JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO FEDERAL: da formação profissional às demandas do mundo do trabalho**

**Nathaly Rodrigues da Costa\***

### **RESUMO**

Esse artigo se propõe a compreender as convergências e divergências da formação profissional do arquivista, no âmbito das exigências do mundo do trabalho. Para isso, foram identificadas as competências e os conhecimentos requeridos nos editais de concursos públicos federais para arquivistas, dos Poderes Judiciário e Legislativo, analisadas obras arquivísticas, disponíveis na Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE), além das atribuições do profissional arquivista, de acordo com a Lei 6.546, de 1978. Conclui-se que a universidade exerce um papel fundamental como disseminadora de conhecimentos necessários para a atuação do arquivista no mundo do trabalho e que a interlocução entre esses dois contextos é, portanto, essencial para a formação desse profissional.

**Palavras-chave:** Arquivologia. Arquivista. Mundo do trabalho. Concurso público.

---

\* Graduada em Arquivologia pela UnB. *E-mail:* nathaly.arquivologia@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

**A**s relações entre a formação do arquivista e as demandas do mundo do trabalho já foram discutidas em outros momentos da trajetória da Arquivologia. Essa análise foi abordada por Costa (2008) e Oliveira (2010), em pesquisas que contemplaram editais de concursos públicos para cargos de arquivista na Administração Pública Federal. Recentemente, Souza (2011) discorreu sobre a imagem profissional do arquivista, no âmbito da história da profissão, das suas atribuições, da sua formação, das associações profissionais, e do mundo do trabalho.

Nos anos 1970, a Arquivologia conquistou mais espaços no cenário nacional, foram criados cursos superiores nessa área, nas universidades, e seus profissionais foram reconhecidos legalmente. Esses fatos contribuíram para um aumento na demanda pelo labor desses profissionais, ao mesmo tempo em que se ratificaram as justificativas das exigências de conhecimentos específicos para a sua atuação. Atualmente, verifica-se um crescente interesse na atuação do arquivista, principalmente, na esfera pública. Identificou-se, entre os anos de 2007 e 2011, a realização de 19 concursos públicos para os órgãos do Poder Judiciário e Legislativo, exigindo a formação em Arquivologia.

Nesse cenário, surgem questões sobre como se relacionam o aprendizado adquirido na graduação e as exigências do mundo do trabalho, ou seja: que conhecimentos são exigidos do arquivista? Qual deve ser a sua atuação no mundo do trabalho? As atribuições exigidas desse profissional são as mesmas definidas pela Lei 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de arquivista e de técnico de arquivo? Os conhecimentos demandados do mundo do trabalho estão disponíveis em obras da área? São abordados por quais autores? Em quais livros? E a universidade disponibiliza esse material?

Nesse sentido, este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de iniciação científica baseada nessas questões e que considerou o papel da Universidade de Brasília (UnB) na formação de arquivistas desde 1991, ano no qual o Curso de Arquivologia desta universidade entrou em funcionamento. Seu objetivo foi mapear as convergências e divergências entre o papel da universidade na formação desses profissionais e as demandas atuais do mundo do trabalho, por meio da análise dos editais dos concursos públicos, realizados entre 2007 e 2011, para o provimento de cargos de arquivistas nos órgãos do Poder Judiciário e Legislativo Federal, e dos livros sobre arquivos e Arquivologia,

disponibilizados pela Biblioteca Central (BCE) da UnB. A pesquisa se propôs a verificar, ainda, quais as competências exigidas aos profissionais arquivistas e se essas se corresponderiam às atribuições definidas na Lei 6.546, de 1978.

## 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa de iniciação científica foi iniciada em agosto de 2012, com a identificação de 21 bancas organizadoras de concursos para órgãos da Administração Pública Federal. Os editais dos concursos para arquivistas foram localizados por meio de consultas aos sítios eletrônicos das bancas e dos órgãos dos poderes Judiciário e Legislativo, da esfera Federal. Foram enviadas, também, cartas e mensagens eletrônicas para as bancas, solicitando informações sobre a realização desses concursos específicos. Apenas sete delas responderam às solicitações.

Na análise, considerou-se como órgãos do Poder Judiciário Federal: os tribunais superiores – Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Superior Tribunal Militar (STM), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal Superior do Trabalho (TST), os tribunais regionais eleitorais, os tribunais regionais do trabalho, os tribunais regionais federais e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e

Territórios (TJDFT)<sup>1</sup>. Como órgãos do Poder Legislativo Federal, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União (TCU).

No total, foram localizados 19 editais de concursos públicos para provimento de cargos voltados para profissionais graduados em Arquivologia, sendo 17 do Poder Judiciário e dois do Poder Legislativo. As competências exigidas dos profissionais e os conteúdos específicos sobre Arquivologia, cobrados nas provas classificatórias e eliminatórias, foram identificados em cada edital e, posteriormente, tabulados e analisados a partir das suas convergências.

A análise das atividades atribuídas ao arquivista, conforme as habilidades requeridas desse profissional, foi desenvolvida com base na Lei 6.546, de 4 de julho 1978, que regulamenta as atribuições desses profissionais e dos técnicos de arquivo. Essas habilidades foram, então, classificadas em ilhas de conteúdo, considerando-se as atividades arquivísticas e, depois, comparadas com as atribuições delimitadas pela referida Lei.

Os conteúdos arquivísticos elencados nos editais também foram agrupados em ilhas de conteúdo<sup>2</sup>,

<sup>1</sup> Não foram incluídos os tribunais de justiça dos estados.

<sup>2</sup> Diante do escopo da pesquisa de iniciação científica e das limitações quanto ao prazo de sua realização, o nosso recorte metodológico contemplou apenas a análise temática das obras arquivísticas disponibilizadas pela

considerando-se os seus significados e as suas relações numa perspectiva facetada, ou seja, os conteúdos poderiam ser classificados em mais de uma ilha<sup>3</sup>.

Os conteúdos dos editais do Judiciário foram agrupados nas seguintes ilhas: acesso; arranjo; automação e tecnologias da informação aplicadas aos arquivos; avaliação; classificação; descrição; diagnóstico; difusão; digitalização de documentos; diplomática e tipologia documental; ética no tratamento de documentos eletrônicos/digitais; fundamentos arquivísticos (conceitos, princípios e teorias); gestão da informação; gestão de documentos (incluiu, também, a gestão de documentos digitais/eletrônicos); gestão do conhecimento; indexação; instrumentos de pesquisa; legislação arquivística; microfilmagem; Paleografia; plano de classificação; políticas públicas arquivísticas; preservação, conservação e restauração de documentos; produção de documentos; protocolo; segurança da informação; suportes, gêneros, espécie e natureza documentais; tabela de temporalidade e terminologia arquivística.

As ilhas de conteúdo dos editais do Poder Legislativo distinguiram-se em

---

BCE, desconsiderando o currículo do Curso de Arquivologia, reconhecidamente relevante diante do papel da universidade na formação profissional do arquivista.

<sup>3</sup> A classificação facetada foi proposta pelo bibliotecário indiano Ranganathan, o qual entendia que os conceitos e objetos são ordenados em classes multidimensionais, isto é, são ordenados em função de diversos pontos de vista não excludentes (GUINCHAT; MENO, 1994).

poucos aspectos, não compreendendo as ilhas de acesso; Diplomática e tipologia documental; ética no tratamento de documentos eletrônicos/digitais; indexação; Paleografia, e suportes, gêneros, espécie e natureza documentais. Novas ilhas foram contempladas, como a de ética profissional; suportes e gêneros documentais e outra que compreendia somente conteúdo sobre tipologia documental.

A outra etapa da pesquisa consistiu na identificação das obras do acervo da BCE, em língua portuguesa, inclusive traduções de obras arquivísticas estrangeiras para o português, que fossem livros didáticos, excluindo-se: as obras sobre a história e o acervo de determinadas instituições arquivísticas, aquelas relacionadas a cursos de aperfeiçoamento ou formação profissional, os instrumentos de pesquisa, as obras de terminologia arquivística e aquelas que, mesmo recuperadas como arquivísticas, fossem direcionadas para a História ou para arquivos especializados.

Os termos pesquisados no catálogo *on-line* da BCE foram: arquivo, Arquivologia, Arquivística e arquivistas<sup>4</sup>. Somente o primeiro termo foi pesquisado com o filtro “livros”, em razão da grande quantidade de resultados encontrados. No

---

<sup>4</sup> A consulta ao catálogo *on-line* da BCE foi realizada no período de janeiro a fevereiro de 2013.

total, foram analisadas 29 obras<sup>5</sup>. As leituras foram desenvolvidas no período de 1º de março a 31 de maio de 2013, orientadas pelas ilhas de conteúdo definidas a partir dos editais e que deveriam ser identificadas nas obras, ou seja, quais assuntos cobrados nos editais as obras contemplavam. Para melhor compreensão dos conteúdos identificados, as obras foram classificadas em: a) manuais científicos; b) manuais operacionais; c) resultados de tese ou dissertação ou d) reflexões teóricas. Essa classificação foi baseada em classificações já sugeridas por Marques (2011) e Costa (2011).

Por fim, todas as informações mapeadas nos editais, nas leituras das obras arquivísticas e na observação da Lei foram tabuladas e analisadas, conforme doravante será descrito.

### **3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES REQUERIDAS PARA OS CARGOS DE ARQUIVISTAS**

Segundo Souza (2011), a trajetória da formação profissional do arquivista no

---

<sup>5</sup> Outras quatro obras identificadas como parte da pesquisa não puderam ser analisadas, pois não foram encontradas no acervo da BCE, apesar de estarem listadas no catálogo: *A avaliação dos documentos públicos modernos*, de Theodor Roosevelt Schellenberg; *Arquivos correntes: organização e funcionamento*, do Departamento de Administração de Arquivos Correntes do Canadá; *Manual de identificação de acervos documentais para transferência e/ou recolhimento aos arquivos públicos*, do Arquivo Nacional; e *A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada*, de Luís Carlos Lopes.

Brasil foi iniciada pelo Arquivo Nacional desde 1911, quando essa instituição começou a se preocupar com cursos para interessados em atuar na área dos arquivos. Todavia, somente na década de 1970, o curso de graduação em Arquivologia foi criado e implementado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)<sup>6</sup>. Em 1978, a Lei 6.546 foi sancionada e regulamentou a profissão de arquivista e técnico de arquivo.

Esses dois profissionais se diferem não somente pelas exigências para exercerem o cargo, mas também pelas atribuições de cada um. Nos termos da Lei, para os cargos de arquivista é exigido diploma de curso superior de Arquivologia e as suas atribuições estão diretamente relacionados com planejamento, supervisão, orientação, acompanhamento e organização de atividades arquivísticas. Enquanto os técnicos de arquivo devem possuir ensino médio completo e curso específico em técnicas de arquivo com carga horária mínima de 1.110 horas, suas atribuições são

---

<sup>6</sup> Em sua pesquisa documental, Marques (2011) verifica que essas preocupações do Arquivo Nacional já teriam sido registradas nos seus regulamentos da segunda metade do Século XIX. Além disso, reconhece a criação do primeiro curso regular voltado para a formação do pessoal de arquivo em 1960, quando foi criado o Curso Permanente de Arquivos (CPA), no Arquivo Nacional. Esse curso foi transferido para a UNIRIO em 1977, marcando a conquista de espaço da Arquivologia no ambiente universitário.

voltadas para o desenvolvimento operacional de atividades arquivísticas.

Torna-se necessária, portanto, a caracterização desses dois profissionais que, apesar de atuarem na mesma área, passa por exigências distintas para assumir os cargos e exercer atividades laborais simultaneamente específicas e complementares. A análise das atribuições dos arquivistas definidas nos editais de concursos para os órgãos dos poderes Judiciário e Legislativo buscou verificar se essa distinção está evidente no mundo do trabalho.

### 3.1 O Arquivista no Poder Judiciário

Nos 17 editais do Poder Judiciário analisados, foram mapeadas as competências para os perfis almejados do arquivista<sup>7</sup>, por sua vez relacionadas com as atribuições referentes ao cargo de arquivista, enumeradas no Art. 2º, da Lei 6.546 de 1978. Além das atribuições do referido artigo, foram identificadas atividades relacionadas com aquelas atribuídas ao técnico de arquivo, listadas no Art. 3º, da mesma Lei.

---

<sup>7</sup> As habilidades e competências listadas nos editais para o cargo de arquivistas aparecem, geralmente, com a descrição das atribuições básicas do cargo ou com a descrição sumária das atividades. De forma mais detalhada, o edital do concurso do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região descreveu as atribuições básicas de forma sumária e analítica. Nesse caso, foram analisadas ambas as descrições.

Para melhor visualização dos resultados encontrados, foram elaboradas as tabelas 1 e 2, que apresentam a incidência das competências demandadas ao arquivista, nos editais analisados, relacionadas com as atribuições previstas legalmente<sup>8</sup>.

Observou-se que 35,7% das competências relacionadas com as atribuições listadas na Lei são atividades atribuídas aos técnicos de arquivo. Essas atividades são caracteristicamente operacionais, enquanto que as atividades legalmente atribuídas aos arquivistas são predominantemente intelectuais.

É importante ressaltar que a maioria dos editais apresentou, na descrição das competências, um texto complementar que previa a execução de mais atividades, além daquelas listadas pormenorizadamente, ou seja, informando que os profissionais poderiam exercer outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade inerente à área de atuação.

---

<sup>8</sup> Algumas atividades poderiam relacionar-se com mais de uma atribuição.

Tabela 1: Competências para os cargos de arquivista no Poder Judiciário, relacionadas com as atribuições legalmente previstas para esse profissional

<b>Atribuições do arquivista (Art. 2º da Lei 6.546, de 1978)</b>	<b>Competências previstas nos editais (frequência)</b>
I - planejamento, organização e direção de serviços de arquivo.	15
II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo.	5
III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias.	3
IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos.	-
V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos.	8
VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos.	-
VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos.	-
VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação.	11
IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos.	16
X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos.	19
XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa.	3
XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes.	-
<b>TOTAL</b>	<b>80</b>

Fonte: elaboração própria, com base nos editais do Poder Judiciário Federal para os cargos de arquivista (2007-2011) e na Lei 6.546 de 1978.

Tabela 2: Competências para os cargos de arquivista no Poder Judiciário, relacionadas com atribuições de técnico de arquivo

<b>Atribuições dos técnicos de arquivo (Art. 3º da Lei 6.546, de 1978)</b>	<b>Competências previstas nos editais (frequência)</b>
I - recebimento, registro e distribuição dos documentos, bem como controle de sua movimentação.	15
II - classificação, arranjo, descrição e execução de demais tarefas necessárias à guarda e conservação dos documentos, assim como prestação de informações relativas aos mesmos.	24
III - preparação de documentos de arquivos para microfilmagem e conservação e utilização do microfilme.	-

IV - preparação de documentos de arquivo para processamento eletrônico de dados.

-

**TOTAL**

39

Fonte: elaboração própria, com base nos editais do Poder Judiciário Federal para os cargos de arquivista (2007-2011) e na Lei 6.546 de 1978.

Verificou-se, também, que 3% das competências listadas nos editais especificavam atividades de atendimento ao usuário e 8% atribuíam, ao arquivista, a divulgação do acervo documental. Observa-se, entretanto, que ambas as atividades não foram diretamente contempladas na legislação e a sua relação mais próxima é com o planejamento, a organização e direção de serviços de arquivo, apresentados no inciso I, do Art. 2º, da Lei 6.546, de 1978. Outras atividades que se enquadraram nessa mesma especificidade foram àquelas relacionadas com a assistência técnica na área de arquivo: 10% das competências encontradas nos editais do Poder Judiciário as referenciavam.

Identificou-se, no edital do concurso do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, a atividade de registro, tradução e revisão de notas taquigráficas, sobre a qual não foi encontrada nenhuma relação com as atribuições previstas na

Lei de regulamentação do profissional arquivista.

### **3.2 O Arquivista no Poder Legislativo**

Nos editais dos órgãos do Poder Legislativo, as atribuições dos arquivistas são claramente direcionadas para atividades arquivísticas relacionados com as funções administrativas e legislativas, voltadas para a documentação proveniente da área meio e da área fim. Novamente, a análise se baseou na observação das competências apresentadas nos editais dos concursos e daquelas relacionadas na Lei de regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo, conforme quadro a seguir.

Quadro 1: Competências para o cargo de arquivista no Poder Legislativo

<b>Órgão e ano do concurso</b>	<b>Competências previstas nos editais</b>	<b>Atribuições do arquivista (Art. 2ª da Lei 6.546, de 1978)</b>
Câmara dos Deputados 2007	Planejamento, supervisão, coordenação, orientação ou execução de tarefas relativas à assistência técnica, pesquisa, análise, recuperação e divulgação da informação, visando ao desenvolvimento de trabalhos legislativos e administrativos.	XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo.
Câmara dos Deputados 2007	Planejamento, supervisão, coordenação, orientação ou execução de tarefas relativas a processos de expurgo e descarte de documentos legislativos e administrativos.	VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação.
Câmara dos Deputados 2007	Planejamento, supervisão, coordenação, orientação ou execução de tarefas relativas a sistemas de aquisição, busca, guarda, utilização, divulgação e publicação do acervo documental da Câmara dos Deputados.	I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo.
Câmara dos Deputados 2007	Planejamento, supervisão, coordenação e orientação de tarefas relativas à conservação e à restauração do acervo documental da Câmara dos Deputados.	IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos
Câmara dos Deputados 2007	Planejamento, supervisão, coordenação, orientação ou execução de tarefas relativas à coordenação e execução de tarefas relacionadas a métodos e técnicas aplicadas a pesquisas em informação, inclusive os decorrentes de automação e processamento de dados.	XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa.
Senado Federal 2011	Planejamento, supervisão, orientação, acompanhamento e execução especializada, em graus de maior ou menor complexidade, das atividades arquivísticas das funções administrativa e legislativa e execução de outras atividades correlatas*.	I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo.

Fonte: elaboração própria, com base nos editais do Poder Legislativo Federal para o cargo de arquivista (2007-2011) e na Lei 6.546 de 1978.

\* Competências abordadas de forma geral, inferindo-se a relação com qualquer serviço prestado pelo arquivo.

Pode-se observar que a Lei 6.546 de 1978 não especifica, nas atribuições para o cargo de arquivista, atividades relacionadas à difusão do acervo. Como essas atividades apareceram nos editais analisados, às mesmas tiveram de ser relacionadas às atribuições elencadas no inciso I, do Art. 2º da referida Lei.

#### **4 CONHECIMENTOS DISPONIBILIZADOS AO ARQUIVISTA NA UNIVERSIDADE E DEMANDAS DO MUNDO DO TRABALHO**

No período pesquisado, de 2007 a 2011, foram identificados 19 editais de concursos para o provimento de cargos de arquivista nos órgãos federais dos poderes Judiciário e Legislativo. Verificou-se que esses editais se concentraram no ano de 2011, com a realização de sete concursos.

Como esses instrumentos públicos de convocação para concorrência aos cargos públicos definem conhecimentos básicos e específicos, demandados aos candidatos, a pesquisa foi direcionada para os conteúdos específicos de Arquivologia, tabulados e classificados em ilhas de conteúdo, conforme metodologia adotada e já descrita. Observou-se que as ilhas de conteúdo predominantemente contempladas nos

editais dos poderes Judiciário e Legislativo foram: fundamentos arquivísticos (conceitos, princípios e teorias); gestão de documentos; legislação arquivística; e preservação, conservação e restauração de documentos arquivísticos. Outros conteúdos, embora não sejam predominantes, apareceram com frequência nos editais analisados: avaliação; descrição; microfilmagem; políticas públicas arquivísticas; protocolo; difusão; Diplomática e tipologia documental; gestão da informação; arranjo, instrumentos de pesquisa; e suportes, gêneros, espécie e natureza documentais.

As ilhas de conteúdo criadas a partir dos conhecimentos demandados nos editais foram a base para a análise das obras arquivísticas, em língua portuguesa, disponibilizadas pela BCE. No total, foram analisadas 29 obras didáticas, das quais oito eram traduções de livros estrangeiros e 21 nacionais. Essas obras foram classificadas em: manuais científicos, manuais operacionais, resultados de pesquisa da pós-graduação e obras de reflexão teórica (embora esta, como toda a classificação adotada na pesquisa, seja na perspectiva facetada).

Os manuais científicos, segundo Kuhn, possuem uma grande influência como expressão de autoridade na área. Para ele, “Referem-se a um corpo já articulado de problemas, dados e teorias, e muito frequentemente ao conjunto particular de paradigmas aceitos pela comunidade científica na época em que esses textos foram escritos” (KUHNS apud MARQUES, 2011, p. 80). No contexto arquivístico, Marques (2011) detalha os manuais arquivísticos internacionais e comenta a diferença entre as obras relacionadas às experiências práticas (manuais operacionais) e/ou aos avanços teóricos da Arquivologia (manuais científicos). Nesse sentido, *Handleing voot het ordenen en beschrijven van archieven*, conhecido como “Manual dos Arquivistas Holandeses” e traduzido pelo Arquivo Nacional como “Manual de arranjo e descrição de arquivos”, em 1960 (MULLER; FEITH; FRUIN, 1960), é um exemplo de manual científico para a Arquivologia, que marcou o seu rompimento como disciplina auxiliar da História, reconhecendo conceitos e princípios arquivísticos próprios.

Os manuais operacionais, por sua vez, são aqueles produzidos a partir das

experiências práticas nos arquivos. Na pesquisa realizada, esses manuais foram identificados pelos conteúdos abordados e observou-se que a maioria deles aborda técnicas adotadas em setores de trabalho, que facilitavam a localização de documentos, como a ordenação por assunto, alfabética, numérica, etc.

As outras duas categorias (obras resultantes de pesquisa de pós-graduação e obras voltadas para a reflexão teórica) foram adaptadas para essa análise, conforme proposto por Costa (2011). Desse modo, livros que não resultaram de teses ou dissertações, mas que contribuíram para a construção do pensamento arquivístico nacional, foram contemplados na segunda categoria, conforme quadro 2.

Quadro 2: Classificação das obras arquivísticas encontradas no acervo da BCE

CATEGORIAS	OBRAS
Manuais científicos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. SCHELLENBERG, T. R. <b>Manual de arquivo</b>. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959. 175 p.</li> <li>2. MULLER, Samuel; FEITH, Joman Adrian; FRUIN, Robert. <b>Manual de arranjo e descrição de arquivos</b>. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960. 145 p.</li> <li>3. SCHELLENBERG, T. R. <b>Documentos públicos e privados: arranjo e descrição</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980. 396 p.</li> <li>4. ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. <b>Os fundamentos da disciplina arquivística</b>. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. 356 p.*</li> <li>5. SCHELLENBERG, T. R. <b>Arquivos modernos: princípios e técnicas</b>. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 386 p.</li> <li>6. BELLOTTO, Heloísa Liberalli. <b>Arquivos permanentes: tratamento documental</b>. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 318 p.</li> <li>7. BELLOTTO, Heloísa Liberalli. <b>Diplomática e tipologia documental em arquivos</b>. 2. ed. rev. e ampl. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008. 106p.</li> </ol>
Manuais operacionais	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. GORBEA, Josefina Q. de; GARCIA-DIAZ, Eva S. de; VELA, Olga M. de. <b>Sistemas de arquivos e controle de documentos</b>. 2. ed. São Paulo 1974. 212 p.</li> <li>2. CONTINOLO, Giuseppe. <b>Como organizar o arquivo: guia prático para a classificação de documentos e fichas e para a organização dos serviços de arquivo</b>. 2. ed. São Paulo: M Fontes, 1975. 291 p.</li> <li>3. GOMES, Francelino Araujo; HELLUY, Hamida R. <b>Manual de arquivo e documentação</b>. 4. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1976. 201 p.</li> <li>4. CASTRO, Astrea de Moraes e; CASTRO, Andresa de Moraes E; GASPARIAN, Danuza de Moraes E Castro. <b>Arquivística = técnica, Arquivologia = ciência</b>. Brasília: ABDF, 1985. 2 v.</li> <li>5. CASTILHO, Ataliba Teixeira de. <b>A sistematização de arquivos públicos</b>. Campinas: Ed Unicamp, 1991. 169 p.</li> <li>6. PRADO, Heloísa de Almeida. <b>A técnica de arquivar</b>. 5. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992. 171 p.</li> <li>7. PAES, Marilena Leite. <b>Arquivo: teoria e prática</b>. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. 225 p.</li> <li>8. VIEIRA, Sebastiana Batista. <b>Técnicas de arquivo e controle de documentos</b>. Rio de Janeiro: Temas &amp; ideias, 2005. 115 p.</li> </ol>
Resultados de pesquisa de pós-graduação	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. JARDIM, José Maria. <b>Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil</b>. Niterói, RJ: EDUFF, 1995. 196 p.</li> <li>2. SANTOS, Vanderlei Batista dos. <b>Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística</b>. 2.ed. Brasília: Abarq, 2005. 223 p.</li> <li>3. FONSECA, Maria Odila. <b>Arquivologia e Ciência da Informação</b>. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 121 p.</li> <li>4. RONDINELLI, Rosely Curi. <b>Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea</b>. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 158 p.</li> <li>5. SILVA, Sérgio Conde de Albite. <b>A preservação da informação arquivística governamental nas políticas do Brasil</b>. Rio de Janeiro: AAB; FAPERJ, 2008. 283 p.</li> <li>6. SOUZA, Kátia Isabelli de B. Melo de. <b>Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho</b>. Brasília: Starprint, 2011. 252 p.</li> </ol>

CATEGORIAS	OBRAS
Reflexões teóricas	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. LOPES, Luís Carlos. <b>A informação e os arquivos</b>: teorias e práticas. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1996. 142 p.</li> <li>2. RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; GARCIA, Olga Maria Correa; PENNA, Elenita Freitas. <b>Introdução à Arquivologia</b>. Santa Maria: UFSM, 1997. 101 p.</li> <li>3. LOPES, Luís Carlos. <b>A imagem e a sombra da Arquivística</b>. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. 110 p.</li> <li>4. COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. <b>A formação e a pesquisa em Arquivística no mundo contemporâneo</b>. Brasília: Finatec, 1999. 189 p.</li> <li>5. SILVA, Zélia Lopes da (Coord). <b>Arquivos, patrimônio e memória</b>: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1999. 154 p.</li> <li>6. SILVA, Armando Malheiro da. <b>Arquivística</b>: teoria e prática de uma Ciência da Informação. 3. ed. Porto, Portugal: Afrontamento, 2009.</li> <li>7. BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida (Coord.). <b>Gestão em Arquivologia</b>: abordagens múltiplas. Londrina, PR: Eduel, 2008. 186 p.</li> <li>8. SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de (Org.). <b>Arquivística</b>: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 3. ed. Distrito Federal: SENAC DF, 2009. 223 p.</li> </ol>

Fonte: Elaboração própria, com base em Marques (2011), Costa (2011) e nas próprias obras referenciadas conforme a bibliografia.

\* Esta obra também pode ser considerada como reflexão teórica, porém, nesta pesquisa, foi considerado o seu caráter predominante de manual científico.

Verificou-se a reincidência de obras do mesmo autor, como no caso de Schellenberg, que se destacaram com três de suas obras, analisadas na pesquisa. Esse autor tem grande influência na formação da Arquivologia nacional: além de ter as suas obras traduzidas para o português, ministrou palestras e participou de vários eventos no Brasil. Nesse sentido, Marques (2011) lembra a importância desse autor para a teoria arquivística, principalmente do seu papel fundamental nas discussões sobre avaliação de documentos, feitas em seu livro “Arquivos Modernos:

princípios e técnicas”, que também fez parte dessa análise.

Os livros nacionais contemplados na pesquisa são de autores renomados, como da Prof.<sup>a</sup> Heloísa Liberalli Bellotto, com obras que abordam o estudo da Diplomática e da tipologia documental em arquivos, evidenciando o papel da difusão. Nesta análise, foram estudadas duas de suas obras (BELLOTTO, 2006; 2008). Destaca-se, também, no cenário nacional, o Prof. Luís Carlos Lopes, com duas obras ricas em reflexões teóricas, abordando uma análise integrada da Arquivologia e

destacando o valor da informação (LOPES, 1996; 1998).

O advento de tecnologias eletrônicas e digitais e as conseqüentes migrações de suporte trouxeram mudanças significativas para o estudo dos documentos arquivísticos. Nessa perspectiva, Vanderlei Batista dos Santos tem uma contribuição relevante nesses estudos: sua dissertação foi transformada em livro (SANTOS, 2005), assim como a obra de sua organização, em parceria de Humberto Celeste Innarelli e do Prof. Renato Tarciso Barbosa de Sousa (SANTOS; INNARELLI; SOUSA, 2009).

Por último, não se pode deixar de evidenciar os autores canadenses, Rousseau e Couture (1998), precursores da Arquivística Integrada, que não diferencia o papel da Arquivologia com enfoque administrativo ou histórico, buscando harmonizar essas duas visões diante dos desafios da gestão da informação. Para Marques (2011), “A proposta canadense parece, portanto, abrigar as reflexões teóricas atuais da Arquivologia brasileira e que não são apenas administrativas ou históricas, mas indistintamente integradas, preocupando-se com todo o ciclo documental, da produção à organização e acesso ou, na

terminologia própria da CI, à transferência da informação” (MARQUES, 2011, p. 264).

#### **4.1 Do Poder Judiciário**

O Poder Judiciário, de forma mais evidente do que os outros poderes, trabalha com a documentação de caráter jurídico. Porém, a maioria dos conhecimentos específicos de Arquivologia, listada nos editais, não foi direcionada para essa particularidade. Apenas em um edital foi cobrado conhecimento do Modelo de Requisitos Informatizados de Gestão de Processos e Documentos da Justiça Federal (Moreq - Jus), específico para os órgãos do Judiciário Federal. Todavia, esse item não foi considerado na ilha de conteúdo Legislação arquivística, por ser direcionado a determinados órgãos.

Na análise das obras voltadas para os editais do Poder Judiciário, verificou-se que todos os manuais científicos apresentavam os fundamentos arquivísticos e muitos detalhavam a história, os princípios e as teorias arquivísticas. A partir da leitura desses manuais, foi possível verificar as correntes arquivísticas presentes em diferentes épocas. É importante esclarecer que o termo “gestão de

documentos” apareceu, explicitamente, apenas no livro “Os fundamentos da disciplina Arquivística”, de Rousseau e Couture (1998). Outras obras, entretanto, abordaram procedimentos envolvidos na gestão documental: quatro livros possuíam conteúdo dessa ilha. Vale ressaltar, ainda, que Schellenberg, em sua obra “Manual de Arquivos”, de 1959, apresenta, de modo geral, uma legislação para arquivos, enquanto que Bellotto (2006) comenta a *General International Standard Archival Description (ISAD(G))*, no livro “Arquivo Permanente: tratamento documental”.

Os manuais operacionais destacaram-se por apresentar métodos de ordenação e arquivamento. A avaliação também foi abordada nessas obras, com a ideia de se descartar documentos para se aperfeiçoar o espaço. A exemplo dos manuais científicos, esses livros abordavam os fundamentos arquivísticos, discorrendo sobre a Teoria das Três Idades, e alguns diferenciavam as funções do arquivo, da biblioteca e do museu, como unidades de informação. Outra ilha de conteúdo compreendida nessas obras foi a da microfilmagem, vista como a solução encontrada para diminuir os espaços ocupados pelos arquivos em suporte tradicional. A

temática “preservação, conservação e restauração” de documentos arquivísticos foi encontrada em muitos desses livros, embora alguns tratassem de métodos não mais utilizados ou que sofreram alterações nessa abordagem.

As obras resultantes de teses e dissertações abrangiam temas atuais e com necessidades de discussão mais aprofundada. As obras de Santos (2005) e Rondinelli (2007) apresentavam discussões envolvendo documentos digitais e eletrônicos no âmbito das funções arquivísticas, como avaliação, produção, acesso, preservação e, também, nos processos de gestão, análise diplomática e tipológica de documentos. Outra abordagem dessas obras foi em relação à legislação arquivística: quatro obras discutiram sobre esse ponto e, de forma geral, elas apresentaram as resoluções do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), a Lei 6.546, de 1978, a legislação relacionada com o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e com os documentos eletrônicos.

Por último, as obras voltadas para reflexões teóricas também traziam abordagens atuais, como conteúdos sobre gestão da informação e do conhecimento. Apresentavam discussões sobre documentos em suportes especiais,

como a preservação de documentos audiovisuais, sonoros e fotografias digitais, bem como a indexação e descrição de imagens. Outro aspecto a ser realçado diz respeito aos contextos, ao uso e à evolução das metodologias de avaliação, descrição, Paleografia e gestão de documentos, abordados na obra “Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação” (SILVA et al, 2009). Além disso, em duas dessas obras, a terminologia arquivística foi abordada, de forma diferente das demais obras, sem a conceituação dos termos, nem apresentação de glossários, mas apenas com a explanação da importância da terminologia para a construção de uma disciplina científica (SILVA et al, 2009; SILVA, 1999), nesse caso, a Arquivologia.

Em geral, nenhuma das obras apresentou conteúdos da ilha “ética no tratamento de documentos eletrônicos e digitais”. Os conteúdos menos abordados foram digitalização de documentos e Paleografia, ambos citados em apenas três obras.

#### **4.2 Do Poder Legislativo**

A análise das obras arquivísticas da BCE, conforme o conteúdo demandado nos editais de concursos do

Poder Legislativo, não se distanciou muito daquela do Poder Judiciário e, somente em alguns momentos, foram considerados pontos diferentes, em razão das particularidades apresentadas naqueles editais. Por exemplo, na ilha de conteúdo “legislação arquivística” dos editais do Poder Legislativo, não foram contempladas as normas internacionais, mas somente a legislação arquivística brasileira, enquanto o conteúdo dos editais do Poder Judiciário previa tanto as normas nacionais como as internacionais.

Todos os manuais científicos apresentaram conteúdos sobre os fundamentos arquivísticos. Uma das obras desse conjunto, “Manual de Arquivos”, de Schellenberg, de 1959, abordou algumas ilhas de conteúdo, mas com nomenclatura diferenciada. A tabela de temporalidade e destinação de documentos, por exemplo, é chamada, por ele, de plano de destinação e tabela de descarte (esta variação pode ser decorrente da tradução da obra para o português, embora não se tenha analisado este aspecto mais detidamente). Esse mesmo autor apresentou métodos de sistema de registro considerados, atualmente, como protocolo. A obra que aborda, de forma

explícita, o termo gestão de documentos é “Os fundamentos da disciplina Arquivística” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998), mas outras também foram consideradas nessa abordagem, pois nelas são citados procedimentos envolvidos na gestão documental e o fato desse termo não ser utilizado pode justificar-se pelas peculiaridades terminológicas dos contextos em que as obras foram escritas.

Os manuais operacionais, como já explicados, são característicos por apresentar métodos de arquivamento e de ordenação, como a alfabética, geográfica, numérica, variadex, etc. Algumas formas simplificadas de diagnóstico são apresentadas para o levantamento de informações sobre arquivos e para a implantação de sistemas de arquivo. Um ponto compreendido por uma dessas obras (CASTRO; CASTRO; GASPARIAN, 1985) foi a ética profissional, na qual as autoras sugerem um código com este fim. Esta questão também foi apresentada no livro de Souza (2011), resultado de sua tese de doutorado, e na obra “Introdução a Arquivologia”, de Richter, Garcia e Penna (1997).

Os livros originados das dissertações e teses destacaram-se em

razão da abordagem da Arquivologia relacionada com os documentos digitais. Santos (2005) apresentou a segurança da informação quanto à certificação digital, diferentemente de outros autores que direcionavam esse enfoque para o sigilo de documentos. Dois desses livros apresentaram a terminologia arquivística em forma de glossário (RONDINELLI, 2007; SANTOS, 2005). Outro aspecto interessante foi que as informações relacionadas com os fundamentos arquivísticos englobaram tanto a trajetória do profissional arquivista, como a produção científica da área, como pôde ser observada em Sousa (2011) e Fonseca (2005), respectivamente.

As principais abordagens das obras voltadas para a reflexão teórica foram sobre gestão da informação e fundamentos arquivísticos. Este último assunto foi bem detalhado na obra de Silva (2009), que fez uma análise cuidadosa do histórico dos arquivos e da Arquivologia como disciplina, apresentando a evolução dos métodos de organização documental e o seu uso em diferentes contextos históricos. Destacou-se, também, a discussão sobre os termos arranjo e classificação, apresentada por Sousa, e a abordagem de

Innarelli sobre preservação digital (SANTOS; INNARELLI; SOUSA, 2009).

Em geral, os conteúdos mais abordados foram: fundamentos arquivísticos, contemplados em 25 obras; gestão de documentos, em 19; e avaliação, em 18. Por outro lado, as temáticas menos abordadas foram digitalização de documentos e ética profissional, cada uma discutida em apenas três obras.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo do trabalho para o arquivista, na esfera pública, é almejado por muitos graduandos e graduados em Arquivologia. Cada vez mais, os editais de concursos públicos exigem, dos candidatos, conhecimentos atuais, mas não ignoram os conhecimentos arquivísticos clássicos e básicos. As obras analisadas foram escritas em momentos diferentes da trajetória arquivística e exigem uma análise crítica do seu conteúdo, bem como a identificação da(s) linha(s) teórica(s) defendida(s) por cada autor, uma vez que esses fatores podem influenciar na forma como esses conhecimentos poderão ser demandados e apreendidos pelos candidatos.

Quanto à metodologia utilizada na pesquisa de iniciação científica,

verificou-se que a busca das obras arquivísticas, em língua portuguesa, no acervo da BCE, foi essencial para identificar aquelas que são disponibilizadas aos alunos do curso de Arquivologia da UnB. Verificou-se que o catálogo dessa biblioteca não estava atualizado, uma vez que quatro das 33 obras que deveriam ser analisadas não foram encontradas no acervo, apesar de nele estarem listadas. Por outro lado, os funcionários da BCE foram proativos e pacientes para esclarecer dúvidas a esse respeito. Outro ponto desfavorável para a leitura dos livros foi o seu estado de conservação, por vezes prejudicado. Além disso, houve a situação das obras que tinham apenas um exemplar e, quando solicitadas por outro usuário, o empréstimo não poderia ser renovado, comprometendo, assim, o tempo do qual se dispunha para a sua leitura.

Em relação aos resultados da pesquisa, observou-se que, com a “explosão da informação”, a partir das duas guerras mundiais, a profissão do arquivista foi se configurando de acordo com o contexto social e cultural de cada país ou mesmo de cada região. Uma grande influência na delimitação das atribuições desse profissional e na execução de atividades arquivísticas é a

falta de cursos para técnicos em arquivo e, conseqüentemente, a quase inexistência de profissionais técnicos nessa área. Esses fatores podem justificar, em parte, a sobrecarga de trabalho demandado aos arquivistas, que acabam desempenhando atribuições legais previstas para os técnicos em arquivo, situação identificada nos editais dos concursos do Poder Judiciário.

As atribuições do arquivista citadas na Lei 6.546, de 1978, não deixaram de ser necessárias, mas, com as novas e dinâmicas necessidades da sociedade e dos órgãos públicos, esses profissionais ganharam mais atribuições não previstas legalmente. Atualmente, verifica-se, por exemplo, a necessidade de atividades voltadas para a satisfação das necessidades informacionais dos usuários dos arquivos, demandas reconhecidas na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2010, conhecida como “Lei de Acesso à Informação”. Desse modo, talvez seja oportuna a atualização da legislação brasileira sobre os profissionais de arquivo, esclarecendo e regulamentando suas novas atribuições e, conseqüentemente, reforçando a visibilidade social desses profissionais.

Essas novas atribuições apontam, também, a necessidade de estudos teóri-

cos sobre os usuários dos arquivos, as influências das novas tecnologias nas práticas arquivísticas, a difusão dos arquivos, etc. Embora grande parte dos temas arquivísticos exigidos nos editais seja contemplada nas obras analisadas, os conhecimentos demandados aos arquivistas, no mundo do trabalho, parecem não poder restringir-se às obras listadas, em razão da dinamicidade das leis, da evolução dos suportes e formatos digitais e, também, pelos novos estudos emergentes na área.

Conclui-se que a universidade é o pilar da formação profissional do arquivista (ainda que a sua formação deva ser continuada), pois é por meio dela que o graduando tem a oportunidade de adquirir conhecimentos específicos mínimos para a sua atuação profissional, de participar de discussões acadêmicas, de ter acesso a referências bibliográficas e de desenvolver pesquisas. Por isso, é necessário o diálogo constante entre essa instituição e o mundo do trabalho, para que as demandas, sobretudo práticas, sejam identificadas e para que os arquivistas estejam cada vez mais qualificados para atender essas necessidades.

## **THE ARCHIVIST FOR INSTITUTIONS OF FEDERAL JUDICIAL AND LEGISLATIVE POWERS: of the formation professional to demands do working world**

### **ABSTRACT**

This paper aims to understand the similarities and differences of archivist's professional formation, under the requirements of the working world. For this, were identified the skills and knowledge required, in the public notices of federal selective exam for archivists, for Judiciary and Legislature, analyzed archival works available in the Central Library of the University of Brasilia (BCE), and the responsibilities of the professional archivist, according to Law 6.546 of 1978. It is concluded that the university plays a key role as disseminator of knowledge to the acting of the archivist in the workplace and that the dialogue between these two contexts is, therefore, essential for the formation of this professional.

**Keywords:** Archival science. Archivist. Working world. Selective exam.

## **EL ARCHIVERO PARA LAS INSTITUCIONES DE LOS PODERES JUDICIAL Y LEGISLATIVO: de la formación profesional a las demandas del mundo del trabajo**

### **RESUMEN**

Este artículo se propone a comprender las convergencias y divergencias de la formación profesional del archivero, en el ámbito de las exigencias del mundo del trabajo. Para ello, fueran identificadas las competencias y los conocimientos necesarios en los llamados públicos federales, para archiveros, de los Poderes Judicial y Legislativo, averiguadas obras archivísticas disponibles en la Biblioteca Central de la Universidad de Brasilia (BCE), además de las atribuciones del archivero, según la Ley 6.546, de 1978. Por lo tanto, se concluye que la universidad tiene un papel fundamental como diseminadora de conocimientos necesarios para la actuación de los archiveros en el mundo del trabajo y que la interlocución entre estos dos contextos es, por lo tanto, esencial para la formación de este profesional.

**Palabras clave:** Archivología. Archivero. Mundo del trabajo. Llamados públicos.

### **REFERÊNCIAS**

BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida (Coord.). **Gestão em Arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina, PR: Eduel, 2008. 186 p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento**

documental. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 318 p.

\_\_\_\_\_. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. rev. e ampl. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008. 106p.

BRASIL. **Lei 6.546, de 4 de julho de 1978**. Disponível em

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6546.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei 12.527, de 18 de novembro de 2010**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2013.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **A sistematização de arquivos públicos**. Campinas: Ed Unicamp, 1991. 169 p.

CASTRO, Astrea de Moraes e; CASTRO, Andresa de Moraes E; GASPARIAN, Danuza de Moraes E Castro. **Arquivística = técnica, Arquivologia = ciência**. Brasília: ABDF, 1985. 2 v.

CONTINOLO, Giuseppe. **Como organizar o arquivo**: guia prático para a classificação de documentos e fichas e para a organização dos serviços de arquivo. 2. ed. São Paulo: M Fontes, 1975. 291 p.

COSTA, Alexandre de Souza. **Produção de conhecimento em Arquivologia sob a égide dos programas de pós-graduação em ciência da informação**. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

COSTA, Larissa Cândida. **Entre a formação e o trabalho**: o arquivista diante das novas demandas sociais e organizacionais em matéria de informação. 2008. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística**

**no mundo contemporâneo**. Brasília: Finatec, 1999. 189 p.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 121 p.

GOMES, Francelino Araujo; HELLUY, Hamida R. **Manual de arquivo e documentação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1976. 201 p.

GORBEA, Josefina Q. de; GARCIA-DIAZ, Eva S. de; VELA, Olga M de. **Sistemas de arquivos e controle de documentos**. 2. ed. São Paulo 1974. 212 p.

GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. **Introdução geral as ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. Brasília: Inst. Bras. de Inform. em Ciência e Tecnologia, 1994. 540 p.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói, RJ: EDUFF, 1995. 196 p.

LOPES, Luís Carlos. **A informação e os arquivos**: teorias e práticas. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1996. 142 p.

\_\_\_\_\_. **A imagem e a sombra da Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. 110 p.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MULLER, Samuel; FEITH, Joman Adrian; FRUIN, Robert. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960. 145 p.

OLIVEIRA, Flávia Helena de. **A formação do arquivista na Universidade de Brasília frente às demandas profissionais e de mercado da capital federal**. 2010. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. 225 p.

PRADO, Heloísa de Almeida. **A técnica de arquivar**. 5. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992. 171 p.

RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; GARCIA, Olga Maria Correa; PENNA, Elenita Freitas. **Introdução a Arquivologia**. Santa Maria: UFSM, 1997. 101 p.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 158 p.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. 356 p.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística**. 2.ed. Brasília: Abarq, 2005. 223 p.

\_\_\_\_\_; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de (Org.). **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento**. 3. ed. Distrito Federal: SENAC DF, 2009. 223 p.

SHELLENBERG, T. R. **Manual de arquivo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959. 175 p.

\_\_\_\_\_. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980. 396 p.

\_\_\_\_\_. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 386 p.

SILVA, Armando Malheiro da. et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 3. ed. Porto, Portugal: Afrontamento, 2009.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB; FAPERJ, 2008. 283 p.

SILVA, Zélia Lopes da (Coord). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. 154 p.

SOUZA, Kátia Isabelli de B. Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 2011. 252 p.

VIEIRA, Sebastiana Batista. **Técnicas de arquivo e controle de documentos**. Rio de Janeiro: Temas & idéias, 2005. 115 p.

## **AGRADECIMENTOS**

Por mais que eu deseje, não há palavras suficientes para expressar a honra de ter tido como orientadora dessa pesquisa a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angelica Alves da Cunha Marques. Só tenho a agradecer por todo

o conhecimento compartilhado, pela paciência, pela dedicação e pela oportunidade. Angelica, você regou e nutriu intensamente a sementinha da Arquivologia que há em mim. Muito obrigada!

---

**Artigo submetido em: 22 ago. 2013**

**Artigo aceito em: 22 fev. 2014**

---